



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Número do Procedimento de Gestão Administrativa: [PGEA – 1.23.000.000831/2023-26](#)

Interessado: Coordenação de Tecnologia, Informação e Comunicação da Procuradoria da República no Estado do Pará.

1 – OBJETO:

1.1. Aquisição de capa de proteção de equipamento eletrônico, *iPads*, ao Ministério Público Federal no Estado do Pará.

2 – JUSTIFICATIVAS:

2.1. Da contratação:

A contratação se justifica pela necessidade de proteger bem público, adquirido com recursos orçamentários e financeiros, advindos de receitas tributárias de contribuintes, a fim de sempre atender da melhor forma os interesses da sociedade.

2.2. Dos quantitativos:

A quantidade definida para aquisição foi de 29 (vinte e nove) capas de proteção, a partir de documentos de demanda registrados, conforme Estudo Técnico Preliminar elaborado, para suprir a necessidade do órgão.

2.3. Dos itens:

A aquisição dar-se-á, dada a pretensão contratual e pelo objeto ser unidade indivisível (qualitativamente), por item.


2.4. Do enquadramento do objeto a ser contratado:

O Objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns de que trata [Lei 14.133, de 1º de Abril de 2023](#), Artigo 6º, inciso XIII, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de dispensa eletrônica, nos termos da [Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022](#).

2.5. Do alinhamento ao Planejamento Estratégico:

A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2022-2027), instituído pela [Portaria PGR/MPF nº 3, de 11 de fevereiro de 2022.22.](#)

3 – ESPECIFICAÇÃO DO ITEM E PREÇOS:

Item	Identificação	Quantidade	Valor unitário máximo	Valor total máximo
1	 <p>Capa de iPad com teclado retroiluminado, <i>Touch Pad</i> e conector inteligente para iPad 9ª geração (Modelo MK2K3BZ):</p> <p>Teclado destacável com <i>Touch Pad</i> integrado, teclas retroiluminadas e luz de fundo ajustável; Proteção frontal e traseira; Acesso a todas as portas de entrada do iPad – sem vedação/obstrução; Espaço para guardar lápis <i>Apple</i>; Ângulos de visão: tipo 60° e <i>sketch</i> 20°; Carregamento/alimentação e conectividade via <i>Smart Connector</i>; Um ano de garantia.</p> <p>Marca de referência: <i>Logitech</i></p>	29	R\$ 1.855,17	R\$ 53.799,93

3.1. A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

3.2. Será adotada a modalidade dispensa de licitação com base no inciso II, Art. 75 da Lei 14.133/2021.

3.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO do item, desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência.

3.4. Será adotado o critério de adjudicação “POR ITEM”.

4 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.1. A CONTRATADA deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na [Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010](#), em especial o artigo 5º.

4.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada dos resíduos de quaisquer naturezas, após o uso, em observância à Logística Reversa disposta na [Lei nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010](#), art. 33, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, obedecendo ao disposto na [Norma Brasileira ABNT NBr 10004:2004](#) e em conformidade com o respectivo acordo setorial, regulamento expedido pelo Poder Público ou termo de compromisso.

4.2.1 A CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação aos resíduos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.

4.3. Os materiais utilizados na embalagem do produto ofertado deverão ter sua reciclabilidade efetiva no Brasil.

5 – DO LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro Umarizal Belém/PA – CEP: 66-055-215 Telefone: (91) 3299-0111
--

5.1. Prazo para entrega:

A entrega deve ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após a adjudicação do objeto ao ganhador, devendo o licitante informar ao Setor de Logística da Procuradoria da República do Pará, que o objeto foi enviado, informando o código de rastreio da operação.

6 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;

6.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais de conformidade com o objeto contratado;

6.3. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

6.4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais;

6.5. Deverá observar em todas as fases de contratação os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental e de forma a não frustrar a competitividade;

6.6. Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso;

6.7. Aplicar as penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos.

7 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado;

7.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE cujas reclamações se obriga a atender;

7.3. Substituir o material não aceito pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar do aviso de rejeição;

7.4. Entregar o material nos prazos definidos neste instrumento;

8.5. Não será permitida à CONTRATADA substituir a marcas do produto oferecido sem consulta à CONTRATANTE;

7.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

7.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto;

7.8. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal de venda do material, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações;

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido;

7.10. Manter todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas de regência;

7.11. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no prazo máximo de até 24 horas após o seu envio. A comprovação poderá ser realizada por *e-mail*;

7.12. Realizar o cadastramento da representante da pessoa jurídica no sítio eletrônico do Ministério Público Federal: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>;

7.13. Realizar o envio da nota fiscal, exclusivamente, via peticionamento eletrônico, conforme item 8.12;

7.14. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da [Procuradoria da República no](#)

[Estado do Pará \(PR/PA\)](#), a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da confecção e entrega do material em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

8 – DO RECEBIMENTO:

8.1. Os serviços objeto da presente contratação serão recebidos da seguinte forma:

8.1.1 Provisoriamente, mediante recibo, após efetuada a entrega dos materiais, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação;

8.1.2. Definitivamente, mediante recibo, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade etc.), ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal.

8.2. Caso os materiais estejam em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência, serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da notificação.

8.2.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. A nota de empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos da [Lei 14.133, de 1º de Abril de 2023](#), art. 95, incisos I e II, e a adjudicatária passa à condição de CONTRATADA após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência.

9 – DO FATURAMENTO:

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da [Procuradoria da República no Estado do Pará](#), CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme [Lei nº 12.440, de 7 de Julho de 2011](#).

9.1.1. Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL

deverá apresentar também a declaração como pessoa jurídica optante do simples nacional. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original, dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada, tampouco assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da [Secretaria da Receita Federal](#), nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de Janeiro de 2012](#), artigos 4º e 6º, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

9.1.2. A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

9.1.3. O encaminhamento da nota fiscal ao setor competente para pagamento restará consignada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

9.1.4. A nota fiscal e demais documentos deverão ser encaminhadas, impreterivelmente, por intermédio do Sistema de Protocolo Eletrônico do Ministério Público Federal, o qual pode ser acessado em: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/protocolo/>.

9.2. Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente.

9.2.1. A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

9.2.1.1. A CONTRATADA será isenta da apresentação das informações constantes do item 10.2., se a operação for caracterizada como fornecimento de bens, ficando, neste sentido, adstrita ao recolhimento tributário, nos termos da [Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de Janeiro de 2012](#), Anexo I.

9.2.2. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

9.3. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso;

9.4. A empresa deverá informar no campo “Observações” da Fatura/Nota Fiscal os dados bancários para execução do pagamento.

10 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

10.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

10.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

10.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = \frac{TX}{100}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.5.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do [Decreto nº 93.872/1986](#).

10.6. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, deverá apresentar junto à Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a [Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de Janeiro de 2012](#), artigos 4º e 6º.

11 – DA GARANTIA CONTRATUAL:

11.1. O objeto da presente contratação terá a garantia pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida pelo fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA substituirá todo o material que venha a apresentar defeitos de fabricação e/ou funcionamento, sem ônus para a CONTRATANTE e deverá obedecer às seguintes condições:

- a)** Os serviços decorrentes da garantia deverão ser prestados, em dias úteis, no horário de expediente, das 09h às 18h, devendo, contudo, se as capas de proteção apresentarem defeito serem recolhidas pela CONTRATADA, desde que não haja ônus para a CONTRATANTE.
- b)** O prazo para atendimento dos chamados de garantia não poderá exceder a 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação feita pelo responsável da PR/PA.
- c)** Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, sem o atendimento devido pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços necessários de outras empresas e a cobrar da contratada os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto a garantia das capas de proteção fornecidas e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.
- d)** Serão da exclusiva responsabilidade da contratada as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal incumbido na entrega dos objetos.

Belém/PA, 21 de agosto de 2023.

Atividade	Assinam eletronicamente
Elaboração	<p>Admar Pereira de Melo Chefe da Seção de Contratações e Gestão Contratual Coordenador do Estudo e da Equipe</p> <p>Leonardo de Carvalho Fontoura Coordenador da Tecnologia, Informação e Comunicação Membro da equipe de Estudo</p> <p>Renato Tabosa Koch Coutinho Secretaria Estadual Membro da equipe de Estudo</p>
Aprovação	<p>Aprovo Termo de Referência por entender que o disposto no encargo da contratação atende de forma eficiente e eficaz a necessidade da administração.</p> <p>Carlos Ricardo Moura dos Santos Coordenador de Administração da PR/PA</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00040333/2023 TERMO DE REFERÊNCIA nº 37-2023**

Signatário(a): **CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS**

Data e Hora: **21/08/2023 17:12:52**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **LEONARDO DE CARVALHO FONTOURA**

Data e Hora: **22/08/2023 13:20:33**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **ADMAR PEREIRA DE MELO**

Data e Hora: **22/08/2023 13:58:17**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**

Data e Hora: **22/08/2023 15:25:34**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 86644a25.b841f1e7.db410227.f0b1b736